

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO AO DIREITO ADMINISTRATIVO E PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	31
1. Introdução ao direito administrativo	31
1.1. O Estado e as funções estatais	31
1.2. Governo e Administração Pública	34
1.3. Administração Pública	34
1.3.1. Conceito.....	35
1.3.2. Natureza e fim	37
1.4. Direito administrativo	37
1.4.1. Origem	37
1.4.2. Conceito.....	38
1.4.3. Fontes	38
1.5. Sistemas administrativos.....	41
2. Princípios da Administração Pública	42
2.1. Regime jurídico administrativo	42
2.1.1. Princípio da supremacia do interesse público	43
2.1.2. Princípio da indisponibilidade do interesse público.....	45
2.1.3. Princípio da legalidade.....	46
2.1.4. Princípio da impessoalidade	47
2.1.5. Princípio da moralidade.....	48
2.1.6. Princípio da publicidade	51
2.1.6.1 Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).....	51
2.1.6.2 Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei nº 13.709/2018): tratamento de dados pessoais pelo Poder Público.....	52
2.1.7. Princípio da eficiência.....	54
2.1.7.1.Lei nº 14.129/2021 (Lei do Governo Digital): princípios, regras e instrumentos para o aumento da eficiência pública	55
2.1.8. Princípio da continuidade do serviço público	57
2.1.9. Princípio da autotutela	58
2.1.10. Princípio da tutela ou do controle.....	59
2.1.11. Princípio da especialidade.....	59
2.1.12. Princípio da presunção de legitimidade.....	59
2.1.13. Princípio do controle judicial dos atos administrativos.....	60
2.1.14. Princípio da segurança jurídica e princípio da proteção à confiança.....	60
2.1.15. Princípio da motivação	62
2.1.16. Princípio da razoabilidade.....	63
2.1.17. Princípio da hierarquia.....	65
3. Questões	68
3.1. Questões comentadas	68

3.2. Questões de concursos	72
4. JURISPRUDÊNCIA APLICÁVEL AO CAPÍTULO	74

CAPÍTULO II

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E TERCEIRO SETOR	75
1. Administração pública	75
1.1. Noções gerais	75
1.2. Concentração e desconcentração. Centralização e descentralização	77
1.3. Administração Direta	80
1.3.1. Órgãos públicos	82
1.3.1.1. Classificação dos órgãos públicos	84
1.3.1.2. Características dos órgãos públicos	85
1.4. Administração Indireta	87
1.4.1. Autarquia	92
1.4.1.1. Agência reguladora	95
1.4.2. Fundação Pública	103
1.4.3. Agência Executiva	106
1.4.3.1 Contrato de Desempenho	108
1.4.4. Empresa pública e sociedade de economia mista	111
1.4.4.1. Empresas estatais de menor porte	123
1.4.5. Consórcio Público	124
2. Terceiro setor: entidades paraestatais ou entes de cooperação	128
2.1. Organizações gestoras de fundos patrimoniais (Lei nº 13.800/2019)	134
2.2. Serviço Social Autônomo	136
2.3. Organização Social (OS)	137
2.4. Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip)	139
2.5. Entidade de Apoio	142
3. Questões	145
4. JURISPRUDÊNCIA APLICÁVEL AO CAPÍTULO	158
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E TERCEIRO SETOR	158

CAPÍTULO III

AGENTES PÚBLICOS	163
1. Noções gerais	163
1.1. Conceito	163
1.2. Classificação	164
1.2.1 Agente de fato	166
1.3. Cargo público, emprego público e função pública	167
1.4. Regimes Jurídicos Funcionais e o Regime Jurídico Único	168
1.4.1. Regime Jurídico Único	170
2. Disposições constitucionais	173
2.1. Ingresso	173
2.1.1. Concurso Público	175
2.1.1.1. Concurso público e reserva de vagas	182
2.1.2. Exceções à regra do concurso público	184
2.2. Sistema remuneratório	189
2.2.1. Fixação, alteração e revisão do subsídio e da remuneração	191

2.2.2. Limites remuneratórios	192
2.2.3. Outras disposições remuneratórias	197
2.3. Acumulação de cargos, empregos e funções públicas	198
2.3.1. Cargo, função ou emprego público x Cargo, função ou emprego público	199
2.3.1.1. Cargo, função ou emprego público x Mandato eletivo	201
2.3.2. Proventos x Cargo, função ou emprego público	202
2.3.3. Proventos x Proventos	204
2.4. Direitos sociais do servidor público	205
2.4.1. Direito de greve.....	206
2.5. Estabilidade	210
2.5.1. Estabilidade excepcional.....	213
2.5.2. Empregado público e a estabilidade do art. 41 da Constituição	214
2.6. Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)	218
2.6.1. Características	220
2.6.2. Pensão por morte	225
2.6.3. Contribuição dos inativos.....	229
2.6.4. Valor dos proventos	232
2.6.5. Limite do regime geral de previdência no regime próprio	236
2.6.6. Aposentadoria	237
3. Questões	245
3.1. Questões objetivas comentadas.....	245
3.2. Questões objetivas de concurso.....	250
3.3. Questões dissertativas/estudos de caso	251
4. JURISPRUDÊNCIA APLICÁVEL AO CAPÍTULO	252
CAPÍTULO IV	
REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS FEDERAIS (LEI Nº 8.112/90)	263
1. Introdução	263
2. Disposições Preliminares	264
3. Provimento, vacância, remoção, redistribuição e substituição.....	264
3.1. Provimento	264
3.1.1. Nomeação	266
3.1.2. Posse e exercício.....	267
3.1.3. Estágio probatório.....	269
3.1.4. Formas de provimento derivado	270
3.1.4.1. Promoção	270
3.1.4.2. Readaptação.....	271
3.1.4.3. Reversão.....	272
3.1.4.4. Reintegração	273
3.1.4.5. Aproveitamento	274
3.1.4.6. Recondução.....	274
3.2. Vacância	275
3.3. Remoção e redistribuição	277
3.4. Substituição	278
4. Direitos e vantagens.....	278
4.1. Vencimento e remuneração	278
4.2. Vantagens	280

4.2.1. Indenizações.....	280
4.2.2. Gratificações e adicionais	282
4.3. Férias.....	285
4.4. Licenças e afastamentos	285
4.5. Concessões	292
4.6. Tempo de serviço	293
4.7. Direito de petição	295
5. Regime disciplinar.....	297
5.1. Deveres e proibições	297
5.2. Acumulação	299
5.3. Responsabilidades.....	299
5.4. Penalidades.....	300
6. Processo administrativo disciplinar	307
6.1. Sindicância	308
6.2. Processo administrativo disciplinar	310
6.2.1. Instauração	311
6.2.2. Inquérito administrativo.....	311
6.2.3. Julgamento	313
6.2.4. Rito sumário	315
6.2.5. Revisão do processo administrativo disciplinar.....	318
7. Seguridade social.....	318
7.1. Benefícios.....	319
7.1.1. Pensão por morte	320
7.2. Assistência à saúde	329
8. Questões	329
8.1. Questões objetivas comentadas.....	329
8.2. Questões objetivas com gabarito fundamentado	336
8.3. Questões dissertativas/estudos de caso	339

CAPÍTULO V

CARREIRAS DO PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO (LEI Nº 11.416/06).....	345
1. Disposições gerais	345
2. Quadros de pessoal, carreiras, ingresso e desenvolvimento na carreira	346
3. Remuneração	351
4. Questões	353
4.1. Questões comentadas	353
4.2. Questões de concurso	354
4.3. Questão dissertativa/estudo de caso	356

CAPÍTULO VI

PODERES ADMINISTRATIVOS	357
1. Poderes e deveres do administrador	357
1.1. Deveres administrativos.....	358
1.1.1. Poder-dever de agir.....	358
1.1.2. Dever de eficiência	358
1.1.3. Dever de probidade	358
1.1.4. Dever de prestar contas	358

1.2. Poderes administrativos	359
1.2.1. Poder vinculado	359
1.2.2. Poder discricionário	359
1.2.3. Poder hierárquico	360
1.2.4. Poder disciplinar	362
1.2.5. Poder regulamentar	363
1.2.6. Poder de polícia	366
1.2.6.1. Conceito	366
1.2.6.2. Setores, manifestação, finalidade e fundamento	366
1.2.6.3. Polícia de segurança pública e polícia administrativa	367
1.2.6.4. Poder de polícia: sentido amplo e estrito; originário e delegado	368
1.2.6.5. Atributos ou características	371
1.2.6.6. Limites	372
1.2.6.7. Prescrição	372
2. Abuso de poder	373
3. Questões	375
3.1. Questões comentadas	375
3.2. Questões objetivas com gabarito fundamentado	378
4. JURISPRUDÊNCIA APLICÁVEL AO CAPÍTULO	381
CAPÍTULO VII	
ATO ADMINISTRATIVO	
1. Introdução e conceito	383
1.1. Fato administrativo	383
1.2. Ato da Administração	385
1.3. Conceito de ato administrativo	386
2. Elementos ou requisitos	388
2.1. Competência	388
2.2. Finalidade	390
2.3. Forma	391
2.4. Motivo	391
2.4.1. Motivo e motivação	392
2.4.2. Teoria dos motivos determinantes	393
2.5. Objeto	393
2.6. Sistematização de Celso Antônio Bandeira de Mello	394
3. O silêncio administrativo	395
4. Vinculação e discricionariedade	396
5. Atributos ou características do ato administrativo	397
6. Classificação	399
6.1. Quanto aos destinatários: atos gerais e individuais	399
6.2. Quanto ao alcance: atos internos e externos	399
6.3. Quanto ao objeto: atos de império, atos de gestão e atos de expediente	400
6.4. Quanto ao regramento: atos discricionários e atos vinculados	400
6.5. Quanto à formação da vontade: atos simples, complexos e compostos	400
6.6. Quanto ao conteúdo (ou quanto aos efeitos): ato constitutivo, extintivo, declaratório, alienativo, modificativo e abdicativo	401
6.7. Quanto à eficácia: ato válido, nulo, anulável e inexistente	401

6.8. Quanto à exequibilidade: ato perfeito, imperfeito, pendente e consumado	402
6.9. Perfeição, validade e eficácia	402
7. Espécies de atos administrativos.....	404
7.1. Atos normativos	404
7.2. Atos ordinatórios	405
7.3. Atos negociais.....	405
7.4. Atos enunciativos	407
7.5. Atos punitivos.....	407
8. Extinção do ato administrativo.....	408
8.1. Revogação	409
8.2. Anulação	410
9. Convalidação.....	412
10. Questões	414
10.1. Questões objetivas comentadas.....	414
10.2. Questões objetivas com gabarito fundamentado.....	419
10.3. Questões dissertativas/estudos de caso	421
11. JURISPRUDÊNCIA APLICÁVEL AO CAPÍTULO.....	425
CAPÍTULO VIII	
PROCESSO ADMINISTRATIVO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL	
Lei nº 9.784/99	427
1. Introdução	427
2. Princípios do processo administrativo	429
3. Direitos e deveres dos administrados	431
4. Legitimados para o processo	432
5. Competência	432
6. Impedimento e suspeição	434
7. Forma, tempo e lugar dos atos do processo.....	434
7.1. Forma	434
7.2. Tempo	435
7.3. Local	435
7.4 Lei nº 14.129/2021 (Lei do Governo Digital): processo administrativo eletrônico.....	436
8. Comunicação dos atos do processo.....	436
9. Fases do processo.....	437
9.1. Início.....	437
9.2. Instrução	438
9.3. Decisão	440
9.4. Desistência.....	441
9.5. Recurso	442
9.6. Revisão	444
10. Questões	444
10.1. Questões objetivas comentadas.....	444
10.2. Questões objetivas com gabarito fundamentado.....	450
11. JURISPRUDÊNCIA APLICÁVEL AO CAPÍTULO.....	452
CAPÍTULO IX – PARTE 1	
LICITAÇÃO: CONFORME AS LEIS Nº 8.666/1993, 10.520/2002 E 12.462/2011.....	453
Introdução	453
2. Conceito e finalidades.....	454

3. Perfil constitucional.....	455
3.1. Competência legislativa.....	455
3.2. Exigência constitucional da realização de licitação	456
3.3. Outras disposições constitucionais	458
4. Princípios da licitação.....	459
4.1. Princípio da competitividade.....	460
4.2. Princípio da vinculação ao instrumento convocatório	460
4.3. Princípio do procedimento formal.....	460
4.4. Princípio da publicidade dos atos da licitação	460
4.5. Princípio do sigilo das propostas.....	461
4.6. Princípio da igualdade entre os licitantes.....	461
4.6.1. <i>Margem de preferência e licitação restrita</i>	462
4.6.2. Microempresa e Empresa de Pequeno Porte	463
4.7. Princípio do julgamento objetivo	465
4.8. Princípio da adjudicação compulsória.....	465
4.9. Princípio da licitação sustentável.....	465
4.9.1. Decreto nº 7.746/12.....	466
5. Obrigatoriedade, dispensa e inexigibilidade	467
5.1. Obrigatoriedade	467
5.1.1. Objeto da licitação	468
5.1.2. Pessoas sujeitas ao dever de licitar	468
5.1.3. Licitação obrigatória e licitação não obrigatória.....	469
5.2. Dispensa	470
5.2.1. Alienação de bens e licitação dispensada.....	471
5.2.1.1. Alienação de bens.....	471
5.2.1.2. Licitação dispensada.....	472
5.2.2. Licitação dispensável.....	473
5.2.2.1. Em razão do pequeno valor (incisos I e II).....	474
5.2.2.2. Em razão de situações excepcionais	475
5.2.2.3. Em razão do objeto	477
5.2.2.4. Em razão da pessoa	479
5.3. Inexigibilidade	480
5.4. Declaração de dispensa e inexigibilidade.....	482
6. Modalidades	483
6.1. Concorrência	484
6.1.1. Sistema de registro de preços.....	485
6.2. Tomada de preços.....	487
6.3. Convite	488
6.4. Concurso	490
6.5. Leilão.....	490
6.6. Pregão.....	490
6.7. Consulta	491
7. Procedimento.....	491
7.1. Procedimento da concorrência	491
7.1.1. Fase interna	492
7.1.2. Fase externa	492

7.1.2.1. Edital	492
7.1.2.1.1. Audiência pública	496
7.1.2.2. Habilitação	496
7.1.2.3. Classificação e julgamento	498
7.1.2.3.1. Tipos de licitação.....	498
7.1.2.4. Homologação	499
7.1.2.5. Adjudicação.....	499
7.2. Procedimento da tomada de preços.....	500
7.3. Procedimento do convite.....	500
7.4. Procedimento do concurso.....	501
7.5. Procedimento do leilão.....	501
7.6. Procedimento do pregão (Lei nº 10.520/02)	501
7.6.1. Fase interna	501
7.6.2. Fase externa (art. 4º).....	502
7.6.3. Sanções	504
7.6.4. Pregão eletrônico.....	505
8. Anulação e revogação	509
9. Recurso administrativo.....	510
10. REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÃO (RDC).....	511
10.1 Disposições gerais.....	511
10.2 Procedimento	512
11. Questões	517
11.1. Questões objetivas comentadas.....	517
11.2. Questões objetivas de concurso.....	521
11.3. Questões dissertativas/estudos de caso	523
12. JURISPRUDÊNCIA APLICÁVEL AO CAPÍTULO.....	527
 CAPÍTULO IX – PARTE 2	
LICITAÇÃO: CONFORME A LEI Nº 14.133/2021	529
1. Introdução	530
2. Conceito e finalidades.....	530
3. Perfil constitucional.....	532
3.1. Competência legislativa.....	532
3.2. Exigência constitucional da realização de licitação	533
3.3. Outras disposições constitucionais.....	535
4. Lei 14.133/21 (Nova Lei de Licitação): vigência e abrangência	537
4.1 Vigência.....	537
4.2 Abrangência	537
4.2.1. Aplicação da Lei nº 14.133/2021 quanto às pessoas sujeitas ao dever de licitar....	538
4.2.2. Aplicação da Lei nº 14.133/2021 quanto ao objeto licitado.....	539
5. Princípios da licitação.....	541
5.1 Princípio da competitividade	542
5.2 Princípio da vinculação ao edital	542
5.3 Princípio da publicidade dos atos da licitação.....	543
5.4 Princípio da igualdade entre os licitantes	543
5.4.1. Margem de preferência e licitação restrita	544
5.4.2. Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.....	545

5.5. Princípio do julgamento objetivo	547
5.6. Princípio do desenvolvimento nacional sustentável	547
5.7. Princípio do planejamento	549
5.8. Princípio da segregação de funções	549
5.9. Princípio da motivação.....	549
5.10. Princípio da segurança jurídica	550
5.11 Princípio da economicidade	550
5.12 Disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (LINDB)	550
6. Contratação direta.....	551
6.1 Processo de contratação direta	552
6.2 Inexigibilidade	553
6.3 Dispensa	558
6.3.1 Licitação dispensável.....	558
6.3.1.1 Em razão do pequeno valor	558
6.3.1.2 Em razão do objeto	560
6.3.1.3 Em razão da pessoa.....	562
6.3.1.4 Em razão de situações excepcionais	562
6.3.1.5 Alienação de bens e licitação dispensada.....	564
7. Objeto da licitação	567
7.1 Compras.....	568
7.2 Obras e serviços de engenharia	570
7.2.1 Modelagem da Informação da Construção ou “Building Information Modelling – BIM”	571
7.2.2. Regimes de execução indireta	572
7.3 Serviços em Geral	574
7.4. Locação de Imóveis	576
8. Modalidades de licitação.....	576
8.1 Concorrência	577
8.2 Pregão	578
8.3 Diálogo competitivo	580
8.4 Concurso	584
8.5 Leilão	585
8.6 Modalidade x objeto	587
9 Processo licitatório	588
9.1. Agentes públicos na Lei nº 14.133/2021	588
9.1.1. Autoridade máxima.....	588
9.1.2 Agente de contratação.....	588
9.1.3. Comissão de contratação	588
9.1.4. Vedações legais aplicáveis aos agentes públicos (art. 9º)	589
9.1.5. Defesa do agente público por órgão de advocacia pública (art. 10).....	590
9.2. Licitante	590
9.2.1 Vedações.....	590
9.2.2 Consórcio de empresas	591
9.2.3 Cooperativas	592
9.3. Parâmetros a serem observados no processo licitatório	592
9.4 Fases do processo licitatório.....	593
9.5 Fase preparatória.....	594

9.5.1. Portal nacional de contratações públicas (PNCP).....	596
9.5.2. Centrais de compras.....	597
9.5.3. Bens de qualidade comum e bens de luxo (art. 20).....	597
9.5.4. Audiência pública e consulta pública (art. 21).....	598
9.5.5. Matriz de alocação de riscos (art. 22).....	598
9.5.6. Orçamento estimado (artigos 23 e 24).....	600
9.5.7. Edital (art. 25).....	602
9.6 Fase externa.....	603
9.6.1 Divulgação do edital de licitação.....	604
9.6.2 Apresentação de propostas e lances.....	604
9.6.2.1 Modo de disputa.....	605
9.6.3 Julgamento.....	606
9.6.3.1 Critérios de julgamento.....	609
9.6.3.1.1 Menor preço.....	610
9.6.3.1.2 Maior desconto.....	610
9.6.3.1.3 Melhor técnica ou conteúdo artístico.....	611
9.6.3.1.4 Técnica e preço.....	611
9.6.3.1.5 Maior lance.....	613
9.6.3.1.6 Maior retorno econômico.....	613
9.6.4 Habilitação.....	614
9.6.4.1 Habilitação jurídica.....	616
9.6.4.2 Habilitação técnica.....	616
9.6.4.3 Habilitação fiscal, social e trabalhista.....	618
9.6.4.4 Habilitação econômico-financeira.....	619
9.7. Impugnações, pedido de esclarecimentos e recursos.....	619
9.7.1 Impugnações e pedido de esclarecimentos ao edital.....	619
9.7.2 Fase recursal.....	620
9.7.2.1 Recurso.....	620
9.7.2.2 Pedido de reconsideração.....	622
9.8 Encerramento da licitação.....	624
10. Procedimentos auxiliares.....	624
10.1 Credenciamento.....	625
10.2 Pré-qualificação.....	626
10.3 Procedimento de manifestação de interesse.....	627
10.4 Sistema de registro de preços.....	628
10.5 Registro cadastral.....	630
11. Licitações internacionais.....	631
12. LICITAÇÕES DAS EMPRESAS ESTATAIS NA LEI Nº 13.303/16.....	632
12.1 Introdução.....	632
12.2 Disposições gerais.....	632
12.3 Da dispensa e da inexigibilidade no Estatuto das Estatais (Lei nº 13.303/16).....	636
12.4 Procedimento.....	640
13. Questões.....	644
13.1. Questões objetivas comentadas.....	644
13.2 Questões objetivas para responder.....	646

CAPÍTULO X – PARTE 1

CONTRATO ADMINISTRATIVO NAS LEIS Nº 8.666/1993, 10.520/2002 E 12.462/2011.....	651
1. Introdução e conceito.....	651

1.1. Contratos da Administração	652
1.2. Conceito	652
2. Características	653
3. Formalização do contrato	655
4. Cláusulas exorbitantes.....	658
4.1. Exigência de garantia.....	658
4.2. Alteração unilateral do contrato administrativo.....	659
4.3. Rescisão unilateral do contrato administrativo	660
4.4. Manutenção do equilíbrio econômico-financeiro	662
4.5. Restrições ao uso da cláusula de exceção do contrato não cumprido (<i>exceptio non adimpleti contractus</i>)	663
4.6. Controle e fiscalização do contrato administrativo.....	663
4.7. Retomada do objeto	664
4.8. Aplicação de penalidades.....	664
4.8.1. Acordo de leniência (<i>Lei Anticorrupção</i>)	667
5. Duração do contrato administrativo	669
6. Execução do contrato	672
6.1. Responsabilidade	672
6.2. Recebimento do objeto.....	674
7. Extinção do contrato.....	675
7.1. Rescisão	675
7.2. Anulação	676
8. INEXECUÇÃO	677
8.1. Teoria da imprevisão.....	677
8.1.1. Força maior e caso fortuito.....	678
8.1.2. Fato do príncipe	678
8.1.3. Fato da Administração	678
8.1.4. Interferências imprevistas.....	679
9. Espécies contratuais	679
9.1. Contrato de obra pública.....	679
9.2. Contrato de serviço	680
9.3. Contrato de fornecimento	682
9.4. Contrato de concessão.....	682
10. CONTRATOS NO REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÃO (RDC)	683
11. CONTRATOS DAS EMPRESAS ESTATAIS NA LEI Nº 13.303/16	685
11.4 Alteração do contrato.....	688
11.5 Penalidades	689
12. Questões	691
12.1. Questões objetivas comentadas.....	691
12.2. Questões objetivas com gabarito fundamentado.....	694
12.3. Questões dissertativas/estudos de caso	696
13. JURISPRUDÊNCIA APLICÁVEL AO CAPÍTULO.....	697
CAPÍTULO X – PARTE 2	
CONTRATO ADMINISTRATIVO NA LEI Nº 14.133/2021.....	699
1. Introdução	699
1.1. Contratos da Administração	701
1.2. Conceito	701
2. Características.....	702

3. Formalização do contrato	704
3.1 Cláusulas necessárias	706
3.2 Contrato verbal	708
3.3 Meios de formalização do contrato administrativo	709
3.4 Divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas: condição de eficácia.....	710
4. Garantias.....	711
4.1 Seguro-garantia	711
5. Alocação de riscos.....	713
6. Prerrogativas da Administração	714
6.1 Alteração unilateral do contrato administrativo.....	715
6.2 Rescisão unilateral do contrato administrativo	716
6.3 Manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.....	716
6.4 Restrições ao uso da cláusula de exceção do contrato não cumprido (<i>exceptio non adimpleti contractus</i>)	718
6.5 Controle e fiscalização do contrato administrativo.....	719
6.6 Retomada do objeto	719
6.7 Aplicação de sanções	720
6.7.1 Advertência	721
6.7.2 Multa	722
6.7.3 Impedimento de licitar ou contratar	722
6.7.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar	722
6.7.5. Processo de Responsabilização	725
6.7.6 Prescrição.....	726
6.7.7. Reabilitação.....	726
7. Duração do contrato administrativo.....	727
8. Execução do contrato.....	732
8.1 Responsabilidade	733
8.2 Subcontratação	736
9. Alteração do contrato	736
9.1 Alteração consensual do contrato	738
10. Extinção do contrato.....	738
10.1 Teoria da imprevisão.....	741
10.1.1 Força maior e caso fortuito	742
10.1.2 Fato do príncipe.....	742
10.1.3 Fato da Administração.....	742
10.1.4 Interferências imprevistas	743
11. Recebimento do objeto.....	743
12. Pagamentos	744
13. Nulidade dos contratos	745
14. Meios alternativos de resolução de controvérsias	746
14.1 Conciliação	747
14.2 Mediação	748
14.3 <i>Dispute board</i> (Comitê de resolução de disputas)	749
14.4 Arbitragem	750
15. Espécies contratuais	751
15.1 Contrato de obra pública.....	751

15.2 Contrato de serviço	752
15.3 Contrato de fornecimento.....	753
15.4 Contrato de concessão.....	753
16. Controle das contratações	754
17. Questões	758
17.1. Questões objetivas comentadas.....	758
17.2. Questões objetivas para resolver	759
CAPÍTULO XI	
SERVIÇOS PÚBLICOS.....	763
1. Introdução e conceito	763
2. Classificação	765
3. REGIME JURÍDICO.....	767
3.1 Princípios	767
3.2 Lei nº 13.460/2017: Código de Defesa dos Usuários do Serviço Público.....	769
3.3 Lei nº 14.129/2021 (Lei do Governo Digital): serviços públicos digitais.....	773
4. Competência para prestação do serviço público.....	775
5. Formas de prestação do serviço público.....	777
5.1. Concessão de serviço público	778
5.1.1. Conceito de concessão	778
5.1.2. Direitos e obrigações dos usuários.....	779
5.1.3. Licitação.....	780
5.1.4. Contrato de concessão.....	781
5.1.4.1. Terceirização, subconcessão, transferência da concessão, transferência do controle societário e administração temporária da concessionária	781
5.1.5. Responsabilidade e encargos da concessionária e do poder concedente.....	783
5.1.6. Intervenção.....	785
5.1.7. Extinção da concessão.....	786
5.1.7.1. Reversão.....	788
5.1.8. Parceria Público-Privada (PPP).....	789
6. Permissão de serviço público.....	790
7. Autorização de serviço público	791
8. Questões.....	792
8.1. Questões objetivas comentadas.....	792
8.2. Questões objetivas com gabarito fundamentado.....	798
9. JURISPRUDÊNCIA APLICÁVEL AO CAPÍTULO	801
CAPÍTULO XII	
BENS PÚBLICOS.....	803
1. Conceito	803
2. Classificação	804
3. Regime jurídico	807
3.1. Inalienabilidade	807
3.1.1. Afetação e desafetação.....	808
3.2. Impenhorabilidade	809
3.3. Imprescritibilidade.....	810
3.4. Não onerabilidade.....	811

4. Uso de bem público por particular.....	811
4.1. Instrumentos de formalização de uso privativo de bem público.....	812
5. Questões.....	813
5.1. Questões objetivas comentadas.....	813
5.2. Questões objetivas com gabarito fundamentado.....	815
6. JURISPRUDÊNCIA APLICÁVEL AO CAPÍTULO.....	816

CAPÍTULO XIII

INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE.....	817
1. Introdução.....	817
2. Propriedade e função social da propriedade.....	817
3. Modalidades.....	821
3.1. Limitações administrativas.....	822
3.2. Servidão administrativa.....	822
3.3. Requisição administrativa.....	824
3.4. Ocupação temporária ou provisória.....	825
3.5. Tombamento.....	826
3.6. Desapropriação.....	830
3.6.1. Conceito e natureza jurídica.....	830
3.6.2. Competência.....	831
3.6.3. Pressupostos.....	831
3.6.3.1. Indenização.....	834
3.6.4. Objeto.....	836
3.6.5. Procedimento.....	836
3.6.6. Tredestinação e retrocessão.....	838
3.6.7. Direito de extensão.....	839
4. Questões.....	839
4.1. Questões objetivas comentadas.....	839
4.2. Questões objetivas com gabarito fundamentado.....	841
4.3. Questão dissertativa/estudo de caso.....	842
5. JURISPRUDÊNCIA APLICÁVEL AO CAPÍTULO.....	843

CAPÍTULO XIV

RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL DO ESTADO.....	849
1. Introdução e conceito.....	849
2. Teorias.....	850
3. Responsabilidade extracontratual do estado brasileiro.....	852
3.1. Responsabilidade por ação.....	853
3.1.1. Excludentes da responsabilidade objetiva.....	856
3.2. Responsabilidade por omissão.....	857
3.3. Responsabilidade por atos legislativos.....	861
3.4. Responsabilidade por atos judiciais.....	862
3.5. Responsabilidade por danos decorrentes de obra pública.....	862
3.6. Reparação do dano e direito de regresso.....	863
4. Questões.....	866
4.1. Questões objetivas comentadas.....	866
4.2. Questões objetivas com gabarito fundamentado.....	869

5. JURISPRUDÊNCIA APLICÁVEL AO CAPÍTULO	871
CAPÍTULO XV	
CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	877
1. Conceito	877
2. Tipos de controle	877
3. Controle administrativo.....	880
3.1. Recursos administrativos	881
4. Controle legislativo	881
4.1. Controle político.....	882
4.2. Controle financeiro	885
5. Controle judicial.....	889
5.1. Meios de controle.....	890
5.1.1. Habeas corpus.....	890
5.1.2. Habeas data	891
5.1.3. Mandado de segurança	892
5.1.4. Mandado de injunção	894
5.1.5. Ação popular	896
5.1.6. Ação civil pública	898
5.1.6.1. Inquérito civil	899
5.1.6.2. Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)	900
6. Questões.....	901
6.1. Questões objetivas comentadas.....	901
6.2. Questões objetivas com gabarito fundamentado.....	904
7. JURISPRUDÊNCIA APLICÁVEL AO CAPÍTULO	906
CAPÍTULO XVI	
IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	909
1. Introdução e conceito	909
2. Lei nº 8.429/92 (Lei de improbidade administrativa).....	911
2.1 Disposições gerais	911
2.1.1 Ato de improbidade	912
2.2. Sujeito passivo	913
2.3. Sujeito ativo.....	913
2.4. Modalidades de Atos de improbidade.....	915
2.4.1. Atos de improbidade que importam enriquecimento ilícito	915
2.4.2. Atos de improbidade que causam prejuízo ao erário	917
2.4.3. Atos de improbidade que atentam contra os princípios da Administração Pública	919
2.5. Sanções.....	921
2.6. Declaração de bens.....	925
2.7. Procedimento administrativo	925
2.8. Ação judicial	925
2.8.1. Medidas cautelares	926
2.8.1.1 Afastamento do agente público.....	926
2.8.1.2 Indisponibilidade dos bens	926
2.8.2. Procedimento	928

2.8.3 Acordo de não persecução civil	930
2.8.4. Prescrição.....	931
3. Questões	933
3.1. Questões objetivas comentadas.....	933
3.2. Questões objetivas com gabarito fundamentado.....	936
4. JURISPRUDÊNCIA APLICÁVEL AO CAPÍTULO	938
REFERÊNCIAS	939